



Educação superior no século XXI: mudanças radicais

07/05/2018 - Em [Artigos](#)

Blog da Reitoria nº 342, de 7 de maio de 2018

Por Prof. Paulo Cardim

“Ensinar exige rigorosidade metódica” (Paulo Freire)

“Avaliar também” (Paulo Cardim)

Uma das maiores organizações no setor de educação superior da livre iniciativa acaba de adquirir o controle da Somos Educação, por R\$ 4,6 bilhões. A Somos Educação, ex-Abril Educação, é o principal segmento de educação básica do país. O grupo passa a atender 37 mil alunos em escolas próprias, 25 mil alunos em cursos de idiomas, 1,2 milhão de alunos em escolas particulares parceiras, além de atingir cerca de 33 milhões de alunos de escolas públicas por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

A Somos Educação mantém escolas próprias como o Sigma, o Colégio Anglo, entre outras; os cursos de idioma, como o Red Balloon; e cursos pré-vestibulares, como o pH. É ainda proprietária de editoras, como a Ática, Scipione e Saraiva.

Com essa aquisição, o grupo deverá expandir a educação a distância (EAD), de nível superior, mediante a implantação de milhares de polos, sediados nas suas escolas de educação básica e nos cursos livres espalhados pelo Brasil.

Esse parece ser um dos caminhos para o fim das faculdades, na previsão de Kevin Carey em seu polêmico livro *The End of College: Creating the Future of Learning and the University of Everywhere*, em português – O fim da faculdade: criando o futuro da aprendizagem e a universidade de todos os lugares.

A educação a distância ou semipresencial, desenvolvido pelos grandes grupos da livre iniciativa que atuam na educação superior, deverá, gradativamente, substituir, no interior deste país continental e nas periferias das grandes metrópoles, as pequenas e médias faculdades, exceto as especializadas em nichos

de mercado. Essa invasão tem como aliados os péssimos serviços de transporte urbano, o crescimento da internet de banda larga e a popularização do uso dos móveis. Estima-se que, em 2020, 70% dos brasileiros estarão usando smartphones, com preços acessíveis às camadas sociais abaixo da classe C.

Como diz Kevin Casey, “grandes mudanças estão chegando na próxima geração, de um tipo e magnitude que excedem as expectativas”. Essa é uma delas: a entrega da educação em domicílio, com o uso de metodologias ativas de aprendizagem, tendo os recursos das tecnologias da informação e da comunicação como instrumentos de apoio logístico e metodológico. Registre-se, ainda, a massificação do ensino pelos grandes grupos que atuam na área, nacionais e estrangeiros.

No Brasil, ao lado desse cenário inusitado, temos, ainda, o controle estatal, com regras que mudam em ritmos incontroláveis, sem avaliações e diagnósticos prévios, sem a participação dos diversos segmentos que atuam na educação superior, da livre iniciativa e público. Isso trouxe uma insegurança jurídica para o setor, na era petista de governo. No momento as normas são claras e transparentes. Mas, e no próximo quadriênio?

Essas gigantes da área educacional, que hoje passaram a atuar em todos os níveis de ensino, devem merecer olhares mais atentos do Estado. Há que ter uma supervisão permanente sobre a qualidade do ensino ministrado e também o respeito à nossa SOBERANIA, uma vez que o capital dessas agigantadas entidades de ensino está nas Bolsas de Valores, são fundos financeiros internacionais e todos sabemos a volatilidade do capital que está investido hoje no Brasil. Por outro lado, esse truste em construção elimina a concorrência e fere, além da soberania, o pluralismo na educação. O art. 1º da Constituição de 88 prevê a defesa da soberania e dos valores sociais da livre iniciativa. O art. 206 estabelece que o ensino será ministrado com base, entre outros, nos princípios do “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”. Ao Estado deve caber a supervisão para a defesa da soberania nacional e do consumidor – o estudante –, mediante uma avaliação continuada e in loco prevista no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, o Sinaes.

Os cenários para a educação superior, nas próximas décadas, são imprevisíveis, em um país em construção, com um regime democrático e republicano viciado no estatismo, no populismo e na corrupção. Em um país com dezenas de partidos políticos, sem qualquer matiz ideológico definido, um verdadeiro “saco de gatos”, as eleições gerais de outubro são uma incógnita. Das urnas podem sair “salvadores da pátria”, “proveitadores da pátria” e, até, gestores e legisladores comprometidos com o desenvolvimento sustentado do Brasil.

A educação, contudo, em todos os níveis, continuará a ser “prioridade das prioridades”, mesmo que governantes, legisladores e magistrados ignorem o valor da educação em um país que pretenda ser uma democracia social, econômica e política.

O crescimento dos grandes grupos, que deve ter a supervisão e controle do Estado, e o profético fim das faculdades são cenários que podem conviver com a qualidade

da educação básica pública, de responsabilidade dos poderes públicos – federal, estadual e municipal, e da educação superior mantida pela livre iniciativa.

“É mais fácil governar um povo culto, cioso de suas prerrogativas e direitos, que tem nítida a compreensão de seus deveres, que um povo ignaro, indócil, sem iniciativa e inimigo do progresso”.

“O papel da instrução é preparar e formar homens capazes e úteis à sociedade; o papel do governo é fornecer meios fáceis de se adquirir a instrução, disseminando escolas e patrocinando iniciativas boas confiadas à competência e ao amor de quem promove tão nobilitante tarefa”.

Prof. Carlos Alberto Gomes Cardim

Diretor da Escola Normal Caetano de Campos

Educador e Inspetor de Alunos, 1909

Irmão do fundador do

Centro Universitário Belas Artes de São Paulo

Pedro Augusto Gomes Cardim